



**CRESS**  
CONSELHOS REGIONAIS  
DE SERVIÇO SOCIAL  
MOÇÃO DE REPÚDIO



*À privatização e militarização da educação no Brasil*

**Destinatários da moção:** União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Conselho Nacional de Educação (CNE); Ministério da Educação (MEC); Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) - TODOS OS ESTADOS E DF

Nós, assistentes sociais presentes ao 51º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, entre os dias 5 e 8 de setembro de 2024, manifestamos repúdio à privatização e militarização da educação. Destacando-se o projeto de Lei 22.0006/24, de autoria do Governo do Estado do Paraná, que propõe instituir o Programa Parceiros da Escola.

Cabe lembrar que estes projetos tramitam geralmente em regime de urgência, não assegurando o debate democrático com a comunidade escolar e com profissionais da educação.

Estes projetos têm como objetivo introduzir a iniciativa privada no âmbito escolar, desenvolvendo serviços na perspectiva de gestão administrativa e de infraestrutura. Com o repasse de verbas às empresas, os governos estaduais reforçam seu descaso com a educação pública, laica, de qualidade e democrática. Tal modelo só traz benefícios às empresas privadas com interesse em administrar os recursos públicos e com o modelo meritocrático da educação que, para alcançar os supostos resultados estabelecidos, excluem estudantes em condições de vulnerabilidade econômica, social, entre outras.

Também repudiamos a militarização das escolas, outra medida que contribui para conformar a educação acrítica, fortalecendo ainda mais o projeto conservador.

Colégios Militares, com sua estrutura meritocrática, primam pelo desempenho individual e, com regras rígidas, também excluem estudantes com necessidades específicas, como é o caso de estudantes com deficiência e/ou transtornos globais de desenvolvimento.

Entendemos que a Educação é um direito fundamental de todo(a) cidadão(ã), que deve ser garantido pelo Estado, conforme preconiza a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art. 205, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 4.º, no qual diz que a educação deve receber investimentos públicos, assegurando gratuidade, condições de acesso e qualidade no processo ensino-aprendizagem para todos(as) os(as) estudantes.

A privatização da administração, bem como a militarização das escolas, pode exacerbar as desigualdades de acesso à educação, aprofundando ainda mais as divisões sociais existentes, uma vez que a padronização e esforços para alcançar determinados indicadores desconsideram a diversidade humana.

Diante desse contexto, repudiamos esse processo de fascistização da educação, que aprofunda a violação de acesso democrático a um direito universal, conformando a educação acrítica e reduzindo-a a mero indicador de gestão empresarial. Neste sentido, nos solidarizamos com as(os) demais profissionais da educação e reforçamos a importância da mobilização de todos(as) contra a privatização das escolas públicas e o modelo de educação militarizado; nos colocamos na defesa de uma escola pública de qualidade, humanizada e democrática.

Educação não é mercadoria e a escola não é quartel!